

## ATA DA 134ª REUNIÃO DA CTIL

**DATA:** 25 de fevereiro de 2015.

**HORÁRIO:** 9h às 17h00m

**LOCAL:** Sala T-13, no Ed. Marie Prendi Cruz, localizado no SEPN 505 – Lote 2, em Brasília/DF.

### **REPRESENTANTES:**

Ministério dos Transportes: Jairo Rodrigues da Silva (jairo.silva@@transportes.gov.br);

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Demetrios Christófidis

(dchristofidis@gmail.com);

Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Júlio Thadeu Silva Kettelhut

(julio.kettelhut@mma.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente – ANA: Eldis Camargo (eldis.camargo@ana.gov.br);

Ministério de Minas e Energia: Adão Martins Teixeira Junior (adao.junior@mme.gov.br);

Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – São Paulo e Rio de Janeiro: Ana Maria Gennari

(anmage16@gmail.com);

Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Sergipe e Bahia: Monica Portella Lima

(monica.lima@inema.ba.gov.br);

Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Ceará e Piauí: Ausente;

Irrigantes: José Cisino Menezes Lopes (cisino@aiba.org.br);

Irrigantes: Wilson A. Bonança (wilson.bonanca@cna.org.br);

Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Ausente;

Indústrias: Percy Soares Neto (psoares@cni.org.br);

Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo: Wilson de

Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com);

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Luis Eduardo

Freitas de Faria (luis.eduardo@cedae.com.br);

Comitês e Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Ausente;

Organizações Não Governamentais: João Clímaco (fonascbh@yahoo.com.br);

Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Maria Lucia Bernardes Coelho Silva

(mlucia.coelhosilva@gmail.com).

### **DEMAIS PRESENTES:**

Rafaela Freitas (rfreitas@cni.org.br);

Bruna Oliveira (bruna@agrosulfd.com.br);

Martha R. V. B. Sugai (marthabsugai@yahoo.com.br).

Adriana Lustosa da Costa (adriana.lustosa@mma.gov.br);

Luiz Henrique Pinheiro Silva (luizhenrique@ana.gov.br).

### **RELATORIA:**

Anderson Felipe de Medeiros Bezerra ([anderson.bezerra@mma.gov.br](mailto:anderson.bezerra@mma.gov.br)).

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:** Item 1 – Abertura/Informes: O Sr. **Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** iniciou a 134ª Reunião, pedindo uma rodada de apresentações dos membros presentes. Após as apresentações o presidente da CTIL informou que ainda não está definida a data da primeira Reunião do CNRH, que provavelmente será no final do mês de março ou em abril. Após passou para o Item 2 – Aprovação da Ata da 133ª Reunião da CTIL: A SRHU não recebeu nenhuma sugestão de alteração da minuta da ata dentro do prazo regimental. A Ata foi aprovada sem alterações. Item 3 – Proposta de Resolução que estabelece diretrizes gerais para definição de derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados

insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos. Matéria encaminhada pela CTPOAR: o **Sr. Wilson A. Bonança (Irrigantes)** pediu a palavra para comentar sobre a falta do Parecer Conclusivo da CTPOAR na documentação encaminhada aos membros da câmara, embora tenha sido elaborada uma Nota Técnica sobre o assunto, deixou clara a importância do Parecer Conclusivo nos moldes estabelecidos pelo Regimento Interno do CNRH, apresentando os consensos e dissensos durante as votações de matérias. O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut** propôs que o parecer seja posteriormente colocado no formato adequado para ser enviado ao plenário do CNRH. A palavra foi passada para o **Sr. Luiz Henrique Pinheiro Silva (ANA)** que apresentou o contexto das discussões da matéria, que já havia passado pela CTIL, mas durante a análise no Plenário do CNRH, ocorreram algumas dúvidas. Portanto a proposta de resolução retornou à CTPOAR para esclarecimentos e após modificações está retornando para a CTIL. Comentou algumas características da proposta de resolução, destacando a função de orientação do sistema nacional para observância das características geológicas ou hidrogeológicas. Após a apresentação das principais características da proposta de resolução, o **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut** sugeriu que a CTIL trabalhasse sobre as alterações ocorridas na CTPOAR, após retornar do Conselho. O **Sr. Luiz Henrique Pinheiro Silva** explicou que, ao analisar a Ata da Reunião do CNRH, identificou que as dúvidas que surgiram durante a plenária foram sobre uma versão antiga da proposta de resolução. Portanto os membros da CTPOAR consideraram que a versão final que deveria ter sido analisada no Plenário já dirimia as dúvidas que surgiram, mas analisaram novamente para aperfeiçoamento da proposta. Pontuou algumas modificações, como por exemplo, no Art. 1º, em seu parágrafo único, sobre o trecho “*a autoridade outorgante deverá emitir declaração de regularidade de usos da água, que produzirá os mesmos efeitos legais da outorga de direito de uso de recursos hídricos*”, que poderia gerar dúvidas sobre a cobrança para a categoria que independe de outorga. Com base na Lei nº 9.433/1997, que fala que a cobrança só se aplica aos usos sujeitos à outorga, não seria necessário a redundância para explicar que os usos considerados insignificantes não são passíveis de cobrança. No entanto optou-se, na CTPOAR, colocar o termo “*...mesmos efeitos legais da outorga, exceto a cobrança pelo uso de recursos hídricos*”. Outras modificações importantes foram realizadas pela CTPOAR nos artigos 11, 12 e 13. Após as pontuações feitas pelo representante da ANA, o presidente da CTIL passou à análise de toda a norma, começando pelos considerandos. A **Sra. Ana Maria Gennari (CERH - SP e RJ)**, comentou algumas questões de forma, como por exemplo, ao mencionar a *Portaria nº 437, de 8 de novembro de 2013*, sendo necessário incluir a origem da Portaria, que no caso é do MMA (*Portaria MMA nº 437, de 8 de novembro de 2013*). Ainda relacionado à questão de forma, ficou decidido que as menções aos artigos serão escritas de forma direta (*Ex.: Lei nº 9.433, art. 12...*) ao invés de “*Lei nº 9.433, em seu art. 12*”, visando à padronização da escrita. O **Sr. Wilson A. Bonança** sugeriu que a redação fosse hierarquizada, descrevendo, nos considerandos, primeiro o parágrafo, depois o artigo e, no final, a numeração da norma a ser citada. Esta sugestão foi acatada por todos, visando também à padronização e coerência da escrita. Passando para a análise dos artigos da proposta, a **Sra. Ana Maria Gennari** chamou a atenção para o art. 1º, quando descreve que “*a autoridade outorgante deverá emitir declaração de regularidade de usos da água...*”. Segundo ela, é inconstitucional o CNRH elaborar normas que ditam o que os entes federados devem ou não fazer. O CNRH possui a competência de propor apenas diretrizes gerais a serem seguidas pelos estados. O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut**, discordando do comentário anterior, disse que na Constituição Federal, cabe a União legislar sobre a água, mas que existem artigos que são conflitantes entre si, gerando diferentes interpretações. Segundo ele, todos devem atentar para a interpretação que melhor faça funcionar o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos. O **Sr. Percy Soares Neto (Indústrias)** registrou que concorda com a manifestação da Sra. Gennari, pois se trata de um sistema onde a autonomia das partes deve ser respeitada, e lembrou que um princípio deste sistema é a descentralização, fundamental para a boa gestão integrada de recursos hídricos. A **Sra. Eldis Camargo (ANA)**, comentou sobre o domínio e a competência, que são dois conceitos jurídicos que devem ser esclarecidos, onde o *domínio* é o pertencimento de determinado bem, e *competência* é a função que os entes federados exercem. O inciso XIX, art. 21 da

Constituição Federal, fala de competência exclusiva da União, e esta norma ora discutida trata-se desta competência exclusiva. A **Sra. Ana Maria Gennari** comentou que a constituição é clara, não existindo dúvida neste sentido. Concluiu falando que um órgão outorgante, vinculado aos estados, só pode ser regido pelo ente federativo, não cabendo à União, de forma impositiva, definir o que estes órgãos devem fazer. O **Sr. Luiz Henrique Pinheiro Silva** falou que durante as discussões na CTPOAR nenhum representante dos estados foi contra a resolução. Por outro lado, o usuário poderá ser beneficiado, na medida em que será reconhecido por alguma documentação, podendo apresentar este documento a órgãos ambientais e para financiamentos em bancos, comprovando que este usuário está isento da outorga. Para os demais artigos, houve longa discussão entre os membros, incluindo algumas modificações na redação da norma, sempre com a preocupação com o mérito da proposta. Houve votação para a retirada do trecho “...*que produzirá os mesmos efeitos legais da outorga de direito de uso de recursos hídricos*” contido no parágrafo único do art. 1º. Por 7 (sete) votos a 5 (cinco), com uma abstenção, o trecho foi retirado pela CTIL. Outra votação ocorreu para a modificação ou não do art. 3º, retirando o trecho “...*até a apreciação do respectivo Conselho*” no final do artigo. Por 9 (nove) votos a 4 (quatro), com uma abstenção, o trecho foi retirado. Os representantes e conselheiros que votaram a favor da retirada do trecho citado foram os senhores(as): Jairo Rodrigues da Silva, Demetrios Christófidis, Júlio Thadeu Silva Kettelhut, Eldis Camargo Adão Martins Teixeira Junior, Ana Maria Gennari, Monica Portella Lima, Luis Eduardo Freitas e Maria Lucia Bernardes Coelho Silva. Os que votaram pela permanência do trecho citado foram: José Cisino Menezes Lopes, João Clímaco, Percy Soares Neto e Wilson de Azevedo Filho. O Sr. Wilson A. Bonança se absteve. Ainda no artigo 3º o Sr. **Demetrios Christófidis (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)** sugeriu a retirada da palavra “vazões”, em todo o texto, pelo trecho “*derivação, captação, lançamento...*”. Para esta modificação houve manifestação favorável pela maioria dos presentes, mesmo havendo explicação do Sr. Luiz Henrique Pinheiro Silva, que esta modificação não seria necessária, pois o termo “vazões” já englobaria a sugestão dada, deixando a norma mais sucinta. Para o art. 4º, o Sr. **Demetrios Christófidis** sugeriu a inclusão do termo “as características” antes da palavra “demanda” ao final do artigo. Houve uma longa discussão entre o Sr. Demetrios Christófidis e o Sr. Luiz Henrique, ensejando uma nova votação para decidir se esta modificação caracterizaria uma questão de mérito. Por 8 (oito) votos a 2 (dois), com duas abstenções, os membros votaram que a inserção do termo “as características” não é questão de mérito, incluindo o termo no art. 4º. O **Sr. Luiz Henrique Pinheiro Silva**, logo após a votação, registrou que é contra esta modificação, e que a CTPOAR discutiu exaustivamente o termo “características”, decidindo que não cabe na norma por se tratar de demandas, deixando claro que esta mudança vai contra a decisão da CTPOAR. Nos demais artigos ocorreram algumas modificações por consenso, como a troca da palavra “ente” por “entidade” nos artigos, 5º, 6º e 8º. Com relação ao art. 11 e seu § 1º, alguns membros destacaram que são incompatíveis, na medida em que o caput descreve que “*para uso de recursos hídricos com a finalidade de atendimento a situações emergenciais de interesse público, desde que previamente comunicado à autoridade outorgante, não será necessária a obtenção de prévia autorização para esse tipo de interferência*”, enquanto que o § 1º descreve que “*o disposto no caput não se aplica às captações com a finalidade de abastecimento público*”. A razão da incompatibilidade é que não está claro a definição de “interesse público”, e abastecimento público pode ser caracterizado como uma “*situação emergencial de interesse público*”. Os membros registraram que houve dúvida da pertinência ou não do § 1º, por considerarem que afeta um dos fundamentos da política nacional de recursos hídricos, e não realizaram sua retirada por não haver consenso se a questão afeta o mérito da matéria. O **Sr. Wilson de Azevedo Filho**, apoiado pela **Sra. Ana Maria Gennari**, registraram que o Parágrafo Único do art. 1º é desnecessário, não havendo a necessidade de criar um novo instrumento, “*declaração de regularidade de usos da água*”, apenas o cadastramento descrito no art. 12 é suficiente para regularizar o uso dos recursos hídricos considerados insignificantes. O **Sr. Luiz Henrique Pinheiro Silva** explicou que a emissão da declaração escrita no Parágrafo Único do art. 1, e o cadastramento descrito no art. 12 podem permanecer na resolução, pois a autoridade



outorgante tem o dever de emitir a declaração quando solicitada. Após estas considerações, a CTIL aprovou a proposta de resolução para o encaminhamento à Plenária do CNRH. [Item 4 – Proposta de Resolução que estabelece as prioridades do PNRH para orientar a elaboração do PPA Federal e dos PPAs dos Estados e do Distrito Federal, para o período 2016-2019:](#) A **Sra. Martha Sugai (Presidente da CTPNRH)** fez a apresentação da proposta, iniciando com uma breve contextualização, revisando as competências do CNRH, da ANA e da CTPNRH, no que se refere ao Plano Nacional de Recursos hídricos. Comentou também sobre as Resoluções CNRH Nº 58, 67, 69, 135, 147 e 148, relacionadas com o Plano Nacional de Recursos Hídricos e suas revisões. A **Sr. Adriana Lustosa da Costa (SRHU/MMA)** complementou, indicando que o Informe sobre a Execução do PNRH no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015, elaborado pela SRHU, serviu de base para a avaliação da CTPNRH, atualização a câmara técnica. A **Sra. Martha Sugai** falou ainda sobre a elaboração do Parecer Técnico nº 01/2014/CTPNRH/CNRH/MMA, com a Análise da implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos e as prioridades para o período de 2012 à 2015. A **Sra. Elisa Monteiro Malafaia (Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão)** comentou sobre o trabalho conjunto do MPOG com a SRHU e a ANA para definição das prioridades para o período 2012-2015, e que o trabalho atual seguirá novamente em conjunto. Segundo a Sra. Elisa, o estabelecimento de metas para todas as prioridades é uma dificuldade, mas, com base no parecer da câmara técnica, estão trabalhando para conclusão do trabalho. Lembrou ainda que o CNRH deve seguir o cronograma para aprovação desta proposta para o PPA até o dia 31 de agosto, conforme estabelecido na Constituição Federal. Após esta apresentação inicial, os membros passaram para a análise da proposta de resolução, iniciando pelos considerandos. O **Sr. Wilson de Azevedo Filho** sugeriu a retirada do termo “ampla” no quarto considerando, o que foi acatado por todos os membros. Ainda neste considerando, a **Sra. Ana Maria Gennari** sugeriu que fosse utilizado em todo o texto a sigla “CNRH”, em substituição a sigla “CNRH/CTPNRH”. Outras modificações no texto foram realizadas apenas para maior clareza da informação, sem entrar no mérito da proposta. Após estas modificações a proposta de resolução foi aprovada pela CTIL para encaminhamento ao Plenário do CNRH. [Item 5 – Apresentação do Relatório Final do Grupo de Trabalho acerca de “Esclarecimentos sobre os Planos de Recursos Hídricos em Regiões que Contenham Trechos da Zona Costeira”:](#) O **Sr. Carlos Hugo Suarez Sampaio (Coordenador do Grupo de Trabalho)** falou sobre o histórico do GT, comentando que o relatório final foi entregue em agosto de 2014. Explicou que a CTCOST submeteu uma proposta de Resolução com o objetivo de estabelecer diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos em regiões que contenham trechos de zona costeira. Destacou que existe uma indefinição do território de atuação do sistema nacional de recursos hídricos, e por isso, quando a proposta foi submetida ao plenário, houve uma certa oposição, e o Plenário decidiu estabelecer o GT para dirimir as dúvidas que surgiram durante a discussão da matéria. O GT foi criado em 2009, com um prazo de 6 meses para terminar o trabalho, para submeter o relatório na segunda reunião do Plenário em 2010. Foram feitas várias reuniões do GT ao longo de 2010, e em uma destas reuniões, onde foi apresentada a proposta do relatório do GT, ele foi questionado por um dos membros, que ficou de apresentar modificações necessárias, mas que nunca foram apresentadas. Nesta situação, este assunto ficou esquecido, até que em 2014 o GT se reuniu com os membros, observando que houve uma evolução sobre o tema desde 2010 até 2014. A novidade era o detalhamento do Programa IX, que trata justamente da gestão costeira. Então o GT observou que a proposta de Resolução a ser encaminhada ao Plenário era totalmente contemplada pelo detalhamento do Programa IX. Segundo Sr. Hugo, por ser tratar de um assunto complexo, ainda demanda estudos, os quais foram propostos pelo Programa IX, com a aplicação de pilotos em três regiões. Neste sentido o GT decidiu rejeitar a proposta de Resolução, sugerindo ao plenário que sejam encaminhadas as questões referentes ao Programa IX, especialmente as de aplicação dos três programas pilotos, propondo que a CTCOST acompanhe a implementação do mesmo. O **Sr. João Clímaco** pediu a palavra para comentar que houve um grande esforço na CTCOST para elaboração da proposta de Resolução, e que houve muita pressão para que este assunto não voltasse à pauta. Segundo ele, a CTCOST não se reúne a mais de um ano, sendo a

Câmara que mais se evidencia interesses para a não regulamentação da política de recursos hídricos no litoral. Comentou que não confia no trabalho do GT por não ter fundamento técnico e nem jurídico, e durante a Plenária, não vai deixar este assunto acabar, alegando que o Programa IX é um artifício para não ir adiante com a matéria, responsabilizando o coordenador do GT e o presidente da CTCOST por isso. O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut**, registrou que não concorda com acusações pessoais da forma feita pelo Sr. Clímaco. O **Sr. Carlos Hugo Suarez Sampaio** comentou que o GT teve a participação da sociedade civil, e que sempre foi aberto à participação de todos. A proposta de Resolução não se polemizou por sua causa, e sim, pelo entrave da competência do CNRH no gerenciamento de recursos hídricos em zonas estuarinas, pois existe um arcabouço de legislação que trata deste assunto complexo. Lembrou que o gerenciador da zona costeira não é o CNRH nem o MMA. A Política Nacional de Recursos Hídricos fala de integração entre os sistemas, devendo haver um maior esforço para que esta integração ocorra, considerando ainda que a gestão da zona costeira evoluiu nos últimos anos, tanto dentro do MMA, como nos demais órgãos envolvidos nesta gestão. Após breve discussão, a CTIL relata que tomou conhecimento do assunto e encaminha o relatório final do GT para deliberação do Conselho. Por não haver mais itens de pauta para discussão, o **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut** agradeceu a todos os presentes, encerrando a 134ª Reunião da CTIL.

Júlio Thadeu Silva Kettelhut  
Presidente

Anderson Felipe de Medeiros Bezerra  
Relator

Ata aprovada na 135ª Reunião da CTIL, realizada no dia 20 de agosto de 2015.